

Aproveitar-se da dependência econômica resultada da globalização para coagir nações é uma forma eficiente de solucionar entraves internacionais?

*Is taking advantage of the economic dependence resulting from
globalization to coerce nations an eficiente way to solve international
obstacles?*

Fernanda C. Brandão¹
Noirma Murad²

RESUMO:

Este estudo visa compreender o processo de globalização de maneira histórica e contemporânea, abordando suas diversas fases e o efeito no comércio internacional da atualidade, além da grande dependência de importações, pois as nações especializam intensamente suas economias. O artigo busca analisar a eficácia do aproveitamento dessa dependência econômica para resolução de conflitos internacionais, sendo utilizados métodos coercitivos que forcem as economias a se adequarem ao que é exigido, devido aos entraves estabelecidos para o seu desenvolvimento.

Palavras-Chave: Globalização; Medidas coercitivas internacionais; Embargos.

ABSTRACT:

This study aims to understand the process of globalization in a historical and contemporary way, approaching its diferentes phases, and the effect on current international business, as well as to the great dependence on imports, as nations intensely specialize their economies. The article seeks to analyze the effectiveness of taking advantage of this economic dependence to solve international conflicts, using coercive methods that force economies to adapt to what is required, due to the obstacles established for their development.

keywords: Globalization; International coercive measures; Embargoes.

¹ Bacharelada em Direito pela PUC-SP. Email de contato: fernanda.cirilo.brandao@gmail.com

² Professora-Mestre em Ciência Política e Teoria Geral do Estado e Sociologia Jurídica da PUC-SP. Email de contato: noirma.murad@gmail.com

SUMÁRIO: 1. Introdução; 2. Fases e desenvolvimento da globalização; 2.1. Hegemonia do sistema e distribuição de papéis; 3. Comércio internacional, e suas adversidades; 4. Medidas coercitivas unilaterais; 4.1. Embargo; 4.2. Sanções; 4.3. Entendimento; 5. Casos de países que sofreram medidas coercitivas internacionais; 5.1. Alemanha, Tratado de Versalhes e efeitos para a Segunda Guerra Mundial; 5.1.1. Contexto; 5.1.2. Tratado de Versalhes e a paz punitiva; 5.1.3. Efeitos e extremismo radical; 5.1.4. Consequências; 5.2. Cuba e seu famoso embargo: bloqueio político e econômico; 5.2.1. Contexto histórico; 5.2.2. Embargo; 5.2.3. Consequências; 5.3. Irã: sanções americanas sufocando a sua economia; 5.3.1. Contexto histórico; 5.3.2. Sanções; 5.3.4. Consequências; 6. Globalização e punição; 7. Conclusão

1. Introdução

A globalização é um dos maiores aspectos do atual século, presente em diversas áreas do cotidiano, como tecnologia, transporte e produtos, sendo que, no caso do último item, o comércio exterior resultou em um grande volume de trocas, proporcionando conforto aos países para especializarem sua economia em busca de máxima efetividade, e importarem produtos que não forem autossuficiência.

Essa especialização econômica resulta em grande indispensabilidade do comércio internacional, ocorrendo uma exploração dessa dependência por países, blocos econômicos e entidades supranacionais como meio para coerção, a fim de que governantes sigam imposições estrangeiras em seus países. São usadas medidas econômicas que provocam crises e abalos locais, acontecendo uma tentativa de punição àqueles líderes de países que não seguem convenções da comunidade internacional.

Assim, a intenção desse estudo é pesquisar a globalização e alguns de seus aspectos, abordando a área econômica de sua integração mundial, mas, especialmente, analisar sob a ótica das formas coercitivas que o comércio internacional impõe a outras nações como dominação e controle de suas decisões, sendo uma aplicação diferente de intervenção armada ao obrigar que Estados soberanos aceitem vontades de terceiros, além de apontar casos nos quais medidas coercitivas impostas a alguns países resultaram, ou ainda resultam, em estancamento econômico e desestabilidade política.

2. Fases e desenvolvimento da globalização

Ainda que o termo “globalização” seja contemporâneo, surgindo em estudos nos anos 80, o processo possui uma origem antiga, com muitos historiadores adotando a expressão para representar

a comercialização mundial presente desde a antiguidade, que conquistou seu ápice no ocidente durante as Grandes Navegações.

Em uma análise do contexto europeu pós-medieval, a fase inicial da globalização é marcada pela expansão marítima europeia, o avanço das navegações em uma busca por novos mercados para trocas comerciais e matérias-primas, devido à escassez do território e do controle italiano sobre as rotas mediterrâneas. Esse período é caracterizado pela colonização europeia e domínio de culturas; mundialização do capitalismo; maior comunicação entre nações; deslocamento do eixo econômico mundial para o Oceano Atlântico, ao invés do Mar Mediterrâneo; e a Divisão Internacional do Trabalho (DIT), com a Europa fornecendo mercadorias primárias, e suas colônias proporcionando matéria-prima e mão de obra escrava.

Um segundo estágio aparece com a 1ª Revolução Industrial, estendendo-se até o século XX, com o capitalismo tornando-se industrial, ao invés de comercial, formulando bases para o capitalismo financeiro, apresentando avanços em sistemas de transporte e comunicação, e essa interligação global criou uma hierarquia de dominação e dependência socioeconômica, uma vez que os países “industrializados” eram considerados desenvolvidos, e os outros, seus dependentes. Nesse momento, a DIT ampliou drasticamente, pois enquanto os desenvolvidos eram responsáveis por fabricar, fornecer e distribuir industrializados, confeccionados em grandes manufaturas, suas colônias e outros países subdesenvolvidos limitavam-se a fornecer produtos primários para a produção industrializada dos detentores dessa tecnologia.

Por fim, um terceiro e quarto ciclo acontecem com o fim da Segunda Guerra Mundial, e, posteriormente, com o fim da Guerra Fria. Ambos os períodos são caracterizados por crescimentos tecnológicos exponenciais e revoluções industriais voltadas para técnicas, análises científicas e informacionais, além de novos métodos de comunicação e transporte, desenvolvendo, em pouco tempo uma ampla integração mundial, porém, em níveis de desenvolvimento desiguais ao redor do mundo.

O sistema atual, para alguns estudiosos, é o da globalização neoliberal, contendo como política principal a governação, mostrando uma matriz cooperativa, que se considera inclusiva, quando, na verdade, é pautada pelo binômio inclusão/exclusão. Surge uma falsa dialética de aceitação de transformações sociais e participação popular enquanto ocorre um silenciamento de movimentos de coesão social, inclusão e redistribuição econômica, e assim, não há mínima ponderação quanto aos diferentes grupos sociais e os efeitos de ações internacionais frente a outros países.

“Por volta de 1986, tornou-se claro que todas as outras recomendações da Comissão Trilateral seriam aceites como “naturais” a partir do momento em que fossem aplicadas três regras fundamentais: a privatização, a “mercantilização” e a liberalização. Estas três grandes regras tornaram-se nos três pilares do neoliberalismo e da globalização neoliberal.” (A crítica da governação liberal: O Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita e subalterna. SANTOS, Boaventura de Sousa)

2.1. Hegemonia do sistema e distribuição de papéis

A globalização, ainda que estudada como um sistema histórico, possui relevância recente, já que o comércio internacional foi expandido por demanda alimentícia no século XIX, devido à dependência em importar matérias primas agrícolas e minerais, resultado do intenso processo de urbanização após a revolução industrial.

O melhor exemplo da urbanização foi, sem dúvida, o da Inglaterra, primeiro espaço de desenvolvimento pleno do capitalismo industrial. No começo do século XIX a proporção de pessoas nas cidades de mais de cem mil habitantes era da ordem de 10%, sendo que quarenta anos depois era de 20% — aumento grande se comparado ao crescimento observado no século anterior para a Europa (Capitalismo e Urbanização: Núcleos urbanos na história, revolução industrial e urbanização, a cidade moderna: para onde? SPOSITO, Maria)

A urbanização proporcionou grande desenvolvimento econômico, porém, também resultou em êxodo rural, fomentando uma necessidade de importação de alimentos, iniciando o processo de especialização: as nações com processos de industrialização menos evidentes proporcionavam produtos primários — alimentos e minérios — e adquiriam mercadorias manufaturadas de regiões industriais, como máquinas a vapor e produtos metalúrgicos.

O sistema de especialização é fortificado pelo neocolonialismo e tratados do século XIX, pois colônias e nações subdesenvolvidas tornaram-se subordinadas perante países industrializados, já que seu papel no comércio internacional era de produção de matérias-primas, e assim, suas economias ficaram voltadas para exportação primária, e não para desenvolvimento industrial. Essa atividade era imposta pelas Metrôpoles controlando seus territórios, ou por acordos comerciais que fortaleciam essa posição.

3. Comércio internacional, e suas adversidades

O comércio exterior é uma troca de bens e serviços internacionalmente, envolvendo compra e venda de insumos, matéria-prima e produtos entre países, mediante importação e exportação. Com

a globalização, esse comércio tornou-se ainda mais importante, já que os países especializam suas economias em áreas específicas para lucrarem ao máximo com sua produção, e importarem o que não conseguem ser autossuficientes, característico de sociedades desenvolvidas e integradas.

Essa estruturação fortaleceu a Divisão Internacional do Trabalho, separando países desenvolvidos e subdesenvolvidos, e sua padronização é observada até hoje, em países como Brasil, México e Argentina, possuindo grande força geopolítica, mas mantendo um papel de exportadores primários, ainda que de alto padrão, mas não tão distantes de seus papéis durante sua colonização. Nações como estas possuem defasagens em áreas voltadas a tecnologia, pois os investimentos são direcionados aos setores primários, resultando em maior dependência do comércio internacional.

A situação torna-se complicada quando há impasse no comércio internacional, seja por causas menos recorrentes, como fechamento de fronteiras, quanto por movimentações como sanções econômicas. As consequências são maiores do que com países que conseguem ser minimamente autossuficientes na maior parte de suas áreas, principalmente nas tecnológicas, tornando lenta a economia pois seu foco principal demanda exportações de produtos ou serviços para conseguir se manter.

Observa-se como o comércio internacional pode ser benéfico, ao possibilitar a exploração de setores específicos de sua economia e importação de produtos que, nacionalmente, são pouco desenvolvidos, mas, simultaneamente, pode ser um contratempo, pois qualquer impeditivo ao seu fluxo comum, tais como guerras e fechamento de fronteiras, cria uma desestabilização. Os contratempos mais recorrentes são as medidas coercitivas, que resultam em trocas comerciais sendo restringidas ou cessadas, a depender do caso e dos agentes envolvidos.

4. Medidas coercitivas unilaterais

Muitas são as possibilidades de medidas coercitivas que resultam em entraves ao comércio e às importações de nações, sendo extremamente prejudicial para economias que não dispõem de autonomia suficiente para produção interna. Essas formas de coerção são potenciais óbices ao comércio exterior de um país e estancam seu desenvolvimento econômico, e para países com índices de prosperidade morosos, esses impedimentos, mesmo breves, os insere na periferia do comércio mundial.

4.1. Embargo

Embargos econômicos consistem em proibições que não permitem participar de atividades comerciais com um ou mais países, impedindo trocas, e resultando em instabilidades nacionais e internacionais, pois, normalmente, são instalados por um grupo de países frente a um terceiro, tornando-o ilhado perante ao comércio. A ideia por trás desse processo é isolar aquela nação até sejam cumpridas demandas estrangeiras, como reafirmar leis e tratados internacionais, punir por atos ou impor ideologias.

As sanções podem ser totais ou parciais, sendo aplicadas com limitação de importações e exportações, controlando quantidades, com impostos sobre bens e serviços, congelamento e/ou apreensão de contas bancárias, impossibilitando o acesso a tecnologias, além de ser barrado transporte sobre os territórios, seja de forma terrestre, aérea ou marítima. Os embargos estratégicos proíbem venda e troca de equipamentos e de outros bens que contribuam para o poderio militar do país sancionado, enquanto embargos comerciais proíbem atividades como serviços financeiros e bancários.

4.2. Sanções

As sanções são caracterizadas por ações que países decidem contra outros por várias razões e costumeiramente são políticas, sendo unilateral ou multilateral. Há grande variedade, como as diplomáticas, em que há redução, ou remoção total de laços, com o fechamento de embaixadas; militares, resultando em intervenções; esportivas, impedindo que um país compita em eventos internacionais; ou econômicas, em que há proibição do comércio e limitação de setores, sendo qualquer forma destes.

O termo embargo é considerado uma proibição oficial em respeito ao comércio exterior, semelhante às sanções econômicas, pois embargos não podem ser permanentes, e podem ocorrer alterações ao longo do tempo, portanto, os países, ao exportarem itens de outros territórios, devem verificar se os itens estão embargados. Mesmo com significados diferentes, os termos podem ser usados como sinônimos em um sentido econômico, por sugerirem uma forma proibitiva no comércio exterior

As sanções econômicas são diferentes das comerciais, pois estas são aplicadas por questões econômicas, assumindo o formato de tarifas ou de medidas semelhantes, e não uma proibição do

comércio, já as econômicas são feitas com a intenção de desestabilizar a economia de certo território, mediante restrições de exportações e trocas comerciais cotidianas, resultando em sanções para os países que descumpram a ordem.

4.3. Entendimento

Os embargos e sanções econômicas são utilizados como forma de pressão política há séculos, e causam tanto instabilidade política quanto degradação econômica, o que podem resultar em situações políticas inflamadas dentro dos países restringidos. Na atualidade, sanções econômicas são impostas sob o comércio internacional e sob as transações financeiras extraterritoriais, afetando não apenas os residentes dos países e seus governantes, como também entidades físicas e jurídicas, impossibilitando a negociação em bancos desses países, e o uso daquela moeda nacional.

Sendo assim, entende-se que os embargos e sanções internacionais, ao tentarem ser uma forma de pressão política, tornam-se, por meio de suas medidas restritivas, formas de punição para aquele que recebe os seus efeitos, com esses Estados e suas populações sofrendo com graves consequências quanto ao impasse que é travado, já que sua economia é desestabilizada. Esse ponto é agravado na globalização, pois há grande dependência do comércio internacional para acessar vários produtos, pois as nações estão mais especializadas em sua produção, em busca de maior rentabilidade no comércio exterior, recorrendo a importações para compensar os outros setores.

5. Casos de países que sofreram medidas coercitivas internacionais

5.1. Alemanha, Tratado de Versalhes e efeitos para a Segunda Guerra Mundial

A Alemanha é uma nação europeia que se destaca bastante pela sua história marcada por tantos eventos intensos, principalmente para um país com unificação tão recente quando comparado aos seus vizinhos. As duas primeiras décadas do século XX se passaram em um cenário de Primeira Guerra Mundial, e as consequências do conflito foram uma faísca para crises sociais, econômicas e políticas pelo país.

5.1.1. Contexto histórico

A Primeira Guerra Mundial foi resultado de inúmeros fatores, contribuindo para criação de um clima tenso na Europa, devido a disputas imperialistas e rivalidades causadas por revanchismo e nacionalismo. O fortalecimento desse estresse motivou a criação de alianças militares, e produção armamentista entre os países, sendo necessário apenas um estopim. Um atentado na região dos Bálcãs deu início ao conflito, com declaração austríaca de guerra aos sérvios.

A Alemanha participou da Tríplice Aliança, composta por impérios da Europa Central, com a Áustria-Hungria e o Império Otomano. O decorrer da guerra foi brutal, porém, essa formação mostrou-se frágil, o que resultou em um combate alemão solitário, pois seus aliados abandonaram o conflito, gerando grande instabilidade diplomática e política dentro do território alemão, com uma revolução resultando na derrubada da monarquia no país.

Surge um Estado republicano contrário ao conflito e favorável ao rendimento, o que ocasionou no fim do conflito armado que já acontecia há meia década, mediante o estabelecimento de um tratado de paz: O Tratado de Versalhes. Era uma celebração do acordo de paz entre as nações, no entanto, o conceito de “paz” não foi tão expressivo, já que a Alemanha foi culpabilizada por todos os danos causados pela guerra, sofrendo imposições severas, intensamente destrutivas a sua economia, além de penalidades militares, territoriais e financeiras, devido aos interesses distorcidos do Tratado, que visava o enfraquecimento permanente do país.

“Essa paz punitiva foi, na realidade, assegurada privando-se a Alemanha de marinha e força aérea efetivas; limitando-se seu exército a 100 mil homens; impondo-se “reparações” (pagamentos dos custos da guerra incorridos pelos vitoriosos) teoricamente infinitas; pela ocupação militar de parte da Alemanha Ocidental; e, não menos, privando-se a Alemanha de todas as suas antigas colônias no ultramar.” (HOBSBAWM E. - Era dos Extremos)

5.1.2. Efeitos e extremismo radical

O Tratado de Versalhes é relevante por contexto histórico e também pelo resultado gerado com as imposições feitas ao país, pois fomentou uma forte crise que desestabilizou por completo a economia que se destacava no território europeu, com o desenvolvimento industrial acelerado em que se encontrava no início do século XX.

Em uma visão social, a República de Weimar (1919-1933), foi um momento de grande instabilidade devido aos interesses do governo, resultando em tentativas de golpes e greves. Ocorria

uma associação popular à fraqueza pós guerra com o Governo, surgindo um saudosismo dos tempos imperiais, com uma país forte e poderoso, e juntamente a isso, havia desordem econômica, forte inflação e alto número de desempregados, com as condições dos assalariados sendo extremamente precária, e apenas alguns grupos econômicos prosperando, devido às grandes indústrias.

A Grande Depressão piorou ainda mais a crise socioeconômica instalada no país, aumentando a insatisfação dos cidadãos e possibilitando o aumento da influência do Partido Nazista, que unificava a Alemanha sob a visão de ressurgir o período anterior a guerra, recuperando os valores culturais alemães e vingando o país pelas perdas de território e influência, devido a todas as sanções sofridas nas décadas anteriores.

“Não é necessário entrar em detalhes da história do entreguerras para ver que o acordo de Versalhes não podia ser a base de uma paz estável. Estava condenado desde o início, e, portanto, outra guerra era praticamente certa [...] Qualquer pequena chance que tivesse a paz foi torpedeada pela recusa das potências vitoriosas a reintegrar as vencidas” (HOBBSAWM E. - Era dos Impérios)

5.1.4. Consequências

A formulação do Tratado de Versalhes foi uma proposição majoritariamente punitiva, o que viabilizou um cenário obscuro na Alemanha, criando uma crise financeira e econômica devido à instabilidade cambial, desemprego e altos pagamentos, além de fomentar um sentimento revanchista em sua população, que já se mostrava contrária a movimentos democráticos e pacifistas. Mesmo que não seja a única e exclusiva razão, o Tratado de Versalhes foi um dos primeiros, na Era Contemporânea, a mostrar como sanções e medidas punitivas possibilitam efeitos drásticos em nações previamente instáveis, além de aumentarem tensões antigas.

Durante a sua composição, já existiam grandes personalidades contrárias, por saberem que os efeitos seriam drásticos, como John Keynes, durante a Conferência de Paz e Winston Churchill, na época, Ministro de Guerra, que afirmaram serem cláusulas abusivas para indenização de custos de guerra. Entende-se, portanto, que era possível certa previsão de que o acordo não era uma base eficaz para estabilidade e paz, além de estar condenado, desde o início, a uma futura instabilidade e uma possível nova guerra.

5.2. Cuba e seu famoso embargo: bloqueio político e econômico

Cuba é uma ilha da América Central, com uma história semelhante às outras colônias espanholas da região, porém, seu processo revolucionário em 1950 afastou a constante influência dos Estados Unidos, o que a destacou perante a comunidade internacional.

5.2.1. Contexto histórico

Desde sua emancipação, Cuba manteve-se alinhada aos Estados Unidos pelo auxílio recebido no seu processo de independência, o que gerou uma grande influência à ilha, sendo a Emenda Platt marco desse domínio, por ser um dispositivo legal favorável à intervenção. Quando os interesses econômicos ou políticos dos Estados Unidos fossem ameaçados, havia uma forma direta de contenção dentro do país.

Em 1934, houve a ascensão da ditadura de Fulgêncio Batista e a emenda tornou-se um acordo comercial, mas não foi o fim do intervencionismo, pois o governo era favorável aos interesses estadunidenses, o que proporcionava uma visualização da ilha como extensão de seus domínios. Essa dominação foi mantida até que revolucionários cubanos lutaram contra as forças de Fulgêncio Batista, resultando na queda de seu regime vinte e cinco anos após seu início.

Os líderes do novo governo eram os rostos da revolução, que trouxe como ideal a libertação nacional, sendo eles Manuel Urrutia e Fidel Castro. Logo promoveram grandes mudanças no país que desagradaram os Estados Unidos, com a redução da dependência do açúcar na economia, reforma agrária e nacionalização de recursos e empresas instaladas no país, com essas medidas, em um contexto de Guerra Fria, sendo associadas a um alinhamento ideológico com o socialismo soviético.

Entre 1960 e 1961, como contra ataque, o Estados Unidos firmou uma série de medidas tentando sufocar a economia cubana, e pavimentando uma maior aproximação com os soviéticos, fortalecendo cada vez mais a oposição estadunidense, que perdeu uma de suas zonas de influência, além de observar perigo ao seu território, com “ideologias comunistas” tão próximas ao seu território.

5.2.2. Embargo

Em 1962, o governo Kennedy ampliou as restrições do embargo cubano, restringindo as importações do país, além de permitir que as imposições fossem mantidas até que Cuba indenizasse

os cidadãos de seu país pelas nacionalizações feitas durante a Revolução Cubana. A intenção do presidente era tentar, a todo custo, diminuir o poder do governo cubano, pois este era considerado uma ameaça ao seu poder, já que, mesmo com seu surgimento ligado a ideais de libertação e independência, houve uma aproximação com a URSS, e assim, uma transformação nesses preceitos iniciais.

“A política de Kennedy foi uma reação a uma ameaça imediata, um complemento à intervenção militar. A política de “boa vizinhança” (...) não nasceu de uma ameaça política comparável, e seu objetivo era liquidar e substituir a intervenção militar. E, de fato, foi isso que ela fez.” (A era das Utopias na América Latina – HOBBSAWM E.)

“*El bloqueo*”, como é conhecido, consiste em interdições de caráter econômico, financeiro e comercial, tornando-se lei com o presidente Bill Clinton, com o aumento das proibições entre as duas nações, limitando comercializações de filiais estrangeiras de empresas dos Estados Unidos com Cuba, e assim, tornando o embargo um dos mais longos na história do mundo contemporâneo.

Na comunidade internacional, o embargo é um assunto delicado e controverso, que é rejeitado anualmente na Assembleia Geral das Nações Unidas, pois as interdições são criticadas tanto por apoiadores quanto por defensores do regime socialista cubano. Ao isolar Cuba, o governo dos EUA auxiliou o regime de Fidel Castro, que usava as imposições como ideologia para seu governo, além de criar instabilidade com o comércio local de outras nações latino-americanas.

5.2.3. Consequências

O governo estadunidense não impede apenas que seus cidadãos e empresas nacionais negociem com Cuba, como abrange a comunidade internacional, porque empresas estrangeiras e Estados tornam-se passíveis de represálias e sanções caso não apoiem a decisão dos Estados Unidos. Cria-se um impasse em que os países precisam escolher entre negociar com os EUA ou com Cuba, o que é um desbalanço injusto.

A não utilização de dólar em transações financeiras é uma forte barreira ao desenvolvimento do país, pois o dólar americano é a referência monetária mundial, além de impossibilitar a obtenção de investimentos e financiamentos em diversas esferas, como no sistema de saúde, em que há enorme dificuldade em adquirir medicamentos, matérias-primas e insumos necessários para o setor farmacêutico.

Ainda que sejam possíveis comércios alimentícios, torna-se evidente como o bloqueio atenta contra a saúde do povo cubano, sendo equivalente a violação de seu direito à vida e ao bem-estar, que são alguns dos mais básicos direitos humanos estabelecidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948, mais de quinze anos antes do embargo.

O fidelismo, ao contrário da tentativa dos Estados Unidos com seu bloqueio, foi extremamente beneficiado pelas sanções e proibições estabelecidas a Cuba, já que manteve seu poder e influência na ilha desde a revolução, com o apoio ideológico anticapitalista sendo um dos principais discursos de seu regime. O resultado não foi punição ao governante nem a sua ideologia, mas sim à população, que, além de dependente do comércio exterior, por sua economia ser fortemente especializada, sofre com a necessidade do setor turístico para seu desenvolvimento.

5.3. Irã: sanções americanas sufocando a sua economia

O Irã é uma nação persa que se encontra em uma área estratégica entre o Oriente Médio e a Ásia Central, com foco econômico no ramo petrolífero e uma história marcada pela Revolução Islâmica em 1979. Houve uma radical mudança nos hábitos sociais, religiosos e políticos do país, que antes eram semelhantes aos costumes ocidentais, o que resultou em grande instabilidade com os Estados Unidos, que, com o surgimento do governo revolucionário, perdeu seu maior aliado no Golfo Pérsico.

5.3.1. Contexto histórico

Em 1979, a Revolução Islâmica trouxe um regime teocrático totalmente contrário e hostil aos Estados Unidos, com um regime religioso que buscava maior firmeza nas tradições islâmicas no país. O rompimento com o governo estadunidense surge com a ocupação da embaixada do país em Teerã, usando seus funcionários como reféns e fortalecendo as posições anti-imperialistas do novo governo.

Após o fracasso da via diplomática e da ofensiva, o presidente Carter inicia uma política denominada “*dual-track strategy*”, consistindo em uma janela de diálogo com o Irã, unida a mecanismos de pressão que levassem a uma mudança de posicionamento, congelando recursos do país e proibindo a importação de petróleo iraniano.

“Há muita especulação sobre se a revolução poderia ter sido evitada se isso ou aquilo tivesse sido feito: [...] se a organização de direitos humanos não o tivesse incomodado; se a CIA tivesse continuado a monitorar o país de perto após a década de 1960; se a Casa Branca tivesse ignorado os diplomatas auto censurados e atendido a terrível advertência dos acadêmicos cétricos [...]. A revolução entrou em erupção como um vulcão por causa das pressões esmagadoras que se acumularam ao longo das décadas nas entranhas da sociedade iraniana” (A história moderna do Irã, ABRAHAMIN E. - tradução nossa)

Esse embate iniciou uma complicada relação entre os dois países, conquistando seu pico durante a Guerra Irã-Iraque, em que os EUA proporcionaram auxílio ao governo inimigo para enfraquecer a nação persa, no entanto, o conflito tornou-se direto com a evolução do programa nuclear iraniano. Em fevereiro de 2010, na comemoração do aniversário da Revolução Islâmica, o presidente declarou produção de urânio enriquecido a 20% para uso civil, também, declarando ser possível enriquecer até o valor para bombas atômicas, porém, não seria feito, pois não havia necessidade.

Em abril do mesmo ano, o presidente Obama excluiu o Irã de sua nova doutrina nuclear, em que há um compromisso em não usar armas nucleares contra os países que não possuam esse armamento, e que respeitem as regras do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP). O governo iraniano considerou essa exclusão uma ameaça, encaminhando uma carta à ONU declarando chantagem do presidente estadunidense, e reafirmando seu compromisso com um planeta sem arsenais nucleares.

5.3.2. Sanções

O Conselho de Segurança da ONU adotou três resoluções contrárias ao Irã como forma de suspender suas atividades de enriquecimento de urânio, ainda em 2010, acompanhado por uma pressão estadunidense para ampliação, aplicada logo em seguida, com medidas restritivas. A União Europeia adotou, também, sanções contrárias, atingindo o setor de petróleo e gás do país, estratégicos para sua economia.

Com o governo Trump, ainda mais sanções foram aplicadas, com sua campanha de máxima pressão contra o governo iraniano e o bloqueio de bilhões de dólares em ativos iranianos, além de impor bloqueios visando o fim das exportações de petróleo do Irã, como tentativa de forçar Teerã a abandonar suas ambições nucleares.

5.3.4. Consequências

Com as medidas firmadas pelo governo Trump, o Irã observou suas exportações de petróleo caindo drasticamente, sendo um grande golpe em sua economia, que é sustentada pela exploração de reservas petrolíferas e de gás natural, já que são algumas das maiores do mundo. A moeda do país se desestabilizou, enquanto o valor da inflação resultou em custo de alimentos e remédios drasticamente altos.

Devido a impossibilidade de exportação do petróleo, empresas estrangeiras do ramo petroquímico encerraram suas atividades no Irã, elevando ainda mais a taxa de desemprego, criando caos no país. As sanções da ONU, retiradas em 2016, proporcionaram um crescimento breve, perdido em poucos meses devido aos embargos restabelecidos pelos Estados Unidos.

Assim, o país anunciou, em maio de 2019, a possibilidade de negociar novos termos para seu uso de urânio com os signatários do acordo nuclear, pois as ameaças de novas sanções da ONU resultariam no completo colapso da economia já atingida pela sua crise. Para tanto, o ex-presidente Hassan Rohani afirmou que seu país enfrentava uma guerra econômica, com as sanções estadunidenses sendo cruéis e desumanas, por bloquear canais iranianos de importação de alimentos e medicamentos.

6. Globalização e punição

Os casos citados abordam diferentes sanções e imposições feitas como forma de punir as nações, em uma tentativa de reverter condutas que desagradam comunidades internacionais ou uma nação poderosa. Ainda que existam particularidades e distinções, os casos se assemelham ao apontarem os efeitos das medidas punitivas, pois foram instauradas como forma de pressionar governos e líderes, mas, na realidade, afetaram intensamente a população, mudando o curso histórico desses países.

É evidente apontar que os aplicantes das sanções não zelavam pela sociedade afetada, já que a intenção é impor vontades e interesses às nações fragilizadas. Esse cenário mostra que, mesmo em um momento globalizado, com maior integração entre as diferentes sociedades e surge o apogeu do comércio exterior, tendências imperialistas, de dominação e controle, ainda conquistam grande espaço na comunidade internacional, com sociedades consideradas menos relevantes frente a outras,

por possuírem papéis diferentes, e assim, sendo obrigadas a aceitar imposições estrangeiras, ferindo a autodeterminação dos povos.

A Alemanha pré-nazista foi duramente reprimida por escolhas feitas durante a Primeira Guerra, o que resultou em uma grande crise socioeconômica em seu território, proporcionando, ainda, um cenário frutífero para visões supremacistas, sendo criado exclusivamente para punição. O Tratado de Versalhes despedaçou qualquer possibilidade de desenvolvimento do país entre as décadas de 1920 e 1930, gerando um grande retrocesso e instabilidade social no território alemão.

De mesmo modo, Cuba sofre com um grande bloqueio que impossibilita o desenvolvimento do país e do comércio, sendo este de extrema necessidade, já que há forte dependência de importações para alimentos, medicamentos e tecnologia. A economia mono exportadora de tabaco, também voltada ao turismo, ainda é considerada uma ameaça aos Estados Unidos, uma das maiores economias mundiais, por uma diferença de ideologias em um contexto de Guerra Fria, pouco relevante na atualidade.

Por fim, o Irã, já no século atual, encontra uma impossibilidade de comercializar a exploração de suas reservas naturais, maiores fontes para sua economia, devido a sanções internacionais contrárias à sua exploração nuclear, que, mesmo com a declaração de fins civis e energéticos. A crise instaurada no país gerou entraves tão intensos que debilitaram intensamente seu desenvolvimento, a ponto de que o país teve que sucumbir às decisões internacionais, para não colapsar completamente.

7. Conclusão

Após vasto estudo, conclui-se que embargos internacionais possibilitam a imposição de vontades particulares de grupos e países a nações menos influentes, pois causam desestabilidades sociais para que governantes sucumbam aos interesses, ainda que a contragosto. A sede de dominação aponta a não superação do caráter imperialista, mesmo com esforços para integração mundial da ONU, mediante tratados de cooperação internacional, que previam aproximações e colaborações entre as nações.

Essas sanções geram enormes adversidades às comunidades vítimas, pois impossibilitam importações de produtos básicos ou complexos, além de dificultarem, ainda mais, o sistema de especialização econômica tão fortemente pregado na Era Contemporânea, devido às revoluções industriais e às inovações tecnológicas, que impõem a comercialização para o que os produtos em que não houver autossuficiência.

A globalização proporciona uma grande possibilidade de entrelaçamento econômico de diversos países e blocos mundiais, porém, ao ser usada para punição, perde sua característica essencial de inclusão comercial, mostrando a influência do neoliberalismo com uma ânsia para dominação de mercado, enfraquecendo as bases democráticas mundiais conquistadas com grandes esforços nos últimos séculos.

Logo, entende-se que o uso de sanções como forma de coagir nações para solucionar entraves internacionais é um punitivismo de países mais influentes, porque não há uma resolução por espontaneidade das partes, mas sim, uma sucumbência às vontades estrangeiras para a estabilidade do país, ou, em casos de resistência, há um enfraquecimento do país nacional e internacionalmente, que se torna isolado e incapaz de comercializar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- HOBBSAWM, Eric. Era dos Impérios: 1875-1914. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 2008
- HOBBSAWM, Eric. A Era dos Extremos – O Breve Século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995
- HOBBSAWM, ERIC. Viva la revolución - A era das utopias na América Latina. São Paulo: Companhia das Letras, 2017
- SPOSITO, Maria. Capitalismo e Urbanização: Núcleos urbanos na história, revolução industrial e urbanização, a cidade moderna: para onde?. São Paulo: Geografia Contexto, 2018
- ABRAHIMIN, Ervand. A History of Modern Iran. Cambridge University Press. London, 2008
- EICHENGREEN, Barry. A globalização do capital: uma História do Sistema Monetário Internacional. São Paulo, Editora 34, 2012
- AMIN, Samir. Geopolítica del imperialismo contemporáneo [Online]. Buenos Aires, 2004. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20100613083052/5amin.pdf>> [14 de agosto de 2022].
- CARDOSO Fernando Henrique; Enzo Faletto. Dependência e desenvolvimento na América Latina, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.
- HARVEY, David. O novo imperialismo. São Paulo, Editora Loyola, 2004.
- FIORI, José Luís. A globalização e a novíssima dependência. In José Luís Fiori, Em busca do dissenso perdido. Rio de Janeiro, Insight, 1995.